Jornalismo, linguagem e interpretação:
Estudo de dois casos de reportagem em revistas de informação[1]

Alice Enes de Matos BETTENCOURT[2]
Wedencley Alves SANTANA[3]
Universidade Federal de Juiz de Fora, MG

RESUMO

O presente texto é o resultado parcial de pesquisa que tem como objetivo confrontar práticas discursivas na imprensa com as classificações de gêneros jornalísticos. Consideramos este trabalho de estudo sistemático de casos empíricos, o melhor modo de trazer contribuições para a compreensão daquilo que por muitas vezes é atribuído a priori ao jornalismo, a partir de abordagens tipológicas. Partindo da hipótese de que as práticas discursivas, por efeito da história, colocam em causa constantemente usos estabilizados da linguagem, procuramos entender como hoje o jornalismo brasileiro, e mais especificamente aquele praticado em revistas de informação, realiza a reportagem, ora classificada como pertencendo a um gênero informativo, ora enquadrada em um gênero interpretativo.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, gênero, reportagem, interpretativo, revista.

Introdução

Os estudos sobre o jornalismo encontram nas ciências da linguagem um de seus muitos campos de contribuição. Compreender a linguagem do jornalismo muitas vezes foi equiparado a compreender a própria prática do jornalismo, se, evidentemente, estes estudos não forem tomados de forma exclusiva, dada a complexidade do objeto.

Dentro da consideração sobre a linguagem no jornalismo, convencionou-se buscar, numa atitude tipológica, padrões de uso, e de modos de comunicação estáveis. É neste contexto que os estudos dos gêneros jornalísticos assumem relevância, primeiro, equiparando-os aos estudos de gêneros na literatura, depois trazendo as contribuições de teorias discursivas e lingüístico-textuais.

Quando as tipologias atentam às práticas efetivas do campo jornalismo, há um ganho heurístico e pedagógico incontestável, na medida em que a classificação por gêneros

[1] Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – VII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Graduanda em Comunicação Social na UFJF, Bolsista MEC-SESu do PET-Facom (UFJF), e-mail: aliceemb@gmail.com
[3] Orientador do trabalho. Professor adjunto da Faculdade de Comunicação. Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

aumenta a previsibilidade e a compreensão distintiva da complexidade do fazer jornalístico. Mas há sempre o risco de que estas classificações ganhem autonomia demasiada ante a realidade empírica, e não atentem ao fato de que os usos da linguagem, em maior ou menor medida, a depender do campo observado, modificam-se com a história.

O presente texto é o resultado parcial de pesquisa que tem como objetivo confrontar práticas discursivas na imprensa com as classificações de gêneros jornalísticos. Consideramos este trabalho de estudo sistemático de casos empíricos, o melhor modo de trazer contribuições para a compreensão daquilo que por muitas vezes é atribuído a priori ao jornalismo, a partir de abordagens tipológicas. Partindo da hipótese de que as práticas discursivas, por efeito da história, colocam em causa constantemente usos estabilizados da linguagem, procuramos entender como hoje o jornalismo brasileiro, e mais especificamente aquele praticado em revistas de informação, realiza a reportagem, ora classificada como pertencendo a um gênero informativo, ora enquadrada em um gênero interpretativo.

Questões de gênero

Os estudos de gêneros jornalísticos, segundo Seixas (2009), se estagnaram na década de 80, com a exceção de algumas poucas publicações atuais, como o livro organizado por Marques de Melo e Francisco de Assis em 2010. As classificações construídas naquela época vigoram até hoje e estão presentes na academia.

Para Tresca (2010), o jornalismo é estrutura linguística, mas também construção histórica. Ao longo do tempo ocorreram transformações na produção jornalística, acompanhando as mudanças sociais. Tresta (2010), citando Marques de Melo, atribui à ascensão da burguesia e ao fim da censura prévia o estimulo ao jornalismo informativo, diminuindo o espaço do jornalismo opinativo. Beltrão (1980) também nos dá um exemplo de transformações do jornalismo ao longo da história, quando afirma o que ele chama de gênero interpretativo nasceu da necessidade dos meios impressos se adaptarem ao advento da televisão.

Sendo assim, é questionável se, quase três décadas após os estudos de gêneros jornalísticos terem se estagnado, a produção continua compatível com as classificações consolidadas nessa época. Esse trabalho faz parte de uma pesquisa sobre gênero reportagem que tenta comparar as publicações atuais com as mais diversas categorizações que o gênero recebeu. Um objetivo de fundo é entender como práticas discursivas operam deslocamentos

em relação às classificações de gênero efetuadas na academia, o que pode obrigar a uma re-análise destas figuras tipológicas.

O texto-reportagem, por vezes, é classificado como produto do gênero informativo no jornalismo e em outros momentos considerado como produto do gênero interpretativo. Apesar de a terminologia "jornalismo interpretativo" apresentar problemas graves e contradições em relação á matriz teórica básica de onde partem as classificações, grande parte dos estudos sobre reportagem insistem na existência desse gênero[4].

O modelo de reportagem descrito como interpretativa ainda é considerado como um padrão em salas de aula do curso de jornalismo, as técnicas de sua modalidade interpretativa ainda são ensinadas como o modo ideal de produzir uma reportagem. Diante disso, o presente artigo contribuirá para a pesquisa comparando duas reportagens, publicadas em revistas de informação em janeiro deste ano com algumas das principais classificações daquilo que se preconiza como jornalismo interpretativo.

As matérias selecionadas foram duas reportagens de capa, uma da revista *Veja* e outra da revista *Época.* Ambas a revistas foram escolhidas por estarem entre as quatro revistas de atualidade mais vendidas no Brasil.

A reportagem

Luiz Beltrão (1980) é um dos autores que classifica a reportagem como principal produto do gênero interpretativo. O autor é um dos principais nomes da primeira geração de pesquisadores que, no período envolvendo as décadas de 60 e 70, começam a tentar compreender o jornalismo como um campo autônomo da literatura. O contexto em que consolida seus estudos é fortemente marcado pelas teorias estruturalistas da linguagem, e formalistas da comunicação.

Mas a classificação de Beltrão é rebatida por estudiosos de gêneros jornalísticos, principalmente, por duas questões: A primeira está nos textos que integrariam o gênero

[4] Enumeramos, ao menos, cinco problemas em relação a esta classificação, quando considerada dentro de uma base teórica na análise do discurso, e mais amplamente, nas ciências da linguagem, visto que foi por referência a este campo que ela, a classificação, se constituiu: (1) todo ato de linguagem natural – escrita ou leitura – é interpretativo, pois que só se realiza a partir de uma formação-discursiva ou de lugares de fala. Esta concepção é compartilhada por diversas análises de discurso, pela linguística textual, pela semântica da enunciação e por teorias críticas da pragmática; (2) com isso, na medida em que as classificações partem de traços distintivos entre os elementos, a classificação exclui da "informação" e da "opinião" o seu caráter interpretativo; (3) reivindica, por isso, o estatuto informacional de um certo jornalismo, estatuto que se aplica à transmissão de dados, e não á comunicação social, remetendo o jornalismo ao quadro das antigas teorias da informação e matemática da comunicação; (4) confunde interpretação e análise; (5) encontra, por efeito de todas as considerações anteriores, pouca comprovação empírica, como se verá, por exemplo, neste estudo.

interpretativo. Marques de Melo, por exemplo, reconhece a existência do gênero, mas não considera que a reportagem faça parte dele. Em um artigo publicado no livro organizado por Marques de Melo e Assis (2010), Costa e Lucht explicam que o autor considera que a reportagem interpretativa cabe dentro do gênero informativo.

A segunda questão é se existe ou não um gênero interpretativo. Para Lia Seixas (2010), a palavra "interpretativo" é usada, juntamente com "contextualização", como termo e não como conceito. Segundo a autora falta compreender quais são as "categorias-chave para se compreender o fazer jornalístico".

Como Seixas (2008) afirma em sua tese, os estudos de gêneros jornalísticos brasileiros classificam seus objetos de acordo com sua função. Assim, os textos do gênero tratado aqui teriam a "função de interpretar" ou "função interpretativa". Mas Orlandi (2007), por exemplo, citada pela autora, explica que não há produção de sentido sem interpretação, e que essa está presente em qualquer ato de linguagem.

Seixas leva em consideração a advertência de Orlandi, e parte desta para comparar a notícia e a reportagem, propondo-se a analisar, se uma ou outra é ou não é interpretativa, mas seus "níveis" de interpretação. Constatou que há interpretação em ambas as formações discursivas, mas os níveis é que são diferentes. Na notícia, os objetos quase sempre passíveis de verificação fariam com que a interpretação seja quase imperceptível, mas ela está presente assim como está na reportagem. Esta proposta difere bastante daquela de Beltrão (1980), que reconhece que a interpretação é algo natural do jornalismo, mas mesmo assim classifica apenas um gênero como interpretativo.

Para Seixas (2010), é preciso mais para afirmar que existe um gênero interpretativo. É preciso provar que interpretar é sua principal função, de acordo com o consenso da literatura acadêmica de que a finalidade é o principal critério de classificação dos gêneros. Para a autora, é preciso ainda compreender como a função de interpretar se relaciona com os diferentes atos linguísticos.

Segundo Beltrão (1980), a reportagem é o principal produto do gênero e seu livro sobre jornalismo interpretativo é praticamente todo dedicado à reportagem, que, para o autor, tem como objetivo recolher todos os dados possíveis de um fato, e colocá-los a disposição do leitor, sem opinar, para que ele tire suas próprias conclusões.

Ainda de acordo com Beltrão, a produção da reportagem interpretativa têm três etapas. A primeira é identificar o objeto, o fato a ser relatado. Beltrão (1980) usou a escala de valores-notícia de Tarroba para orientar a escolha do objeto. Em primeiro lugar, o

jornalista deve escolher notícias de "valor absoluto" que interessa a todos os leitores. Em seguida, as de valores relativos na seguinte gradação: proximidade no tempo; no espaço; "número e qualidade das pessoas envolvidas" e valores material e ideológico. Beltrão ressalta, ainda, que o fato desenvolvido na reportagem deve ser escolhido de acordo com o interesse público.

A segunda etapa é a "documentação da ocorrência". (BELTRÃO, 1980, p.76). Documentação é o ato de preencher todos os "vazios informativos" deixados pela notícia, mostrando a "verdade total" e "dimensão exata" do fato que é noticiado. Mas, em seguida, ao decompor o processo de documentação, o autor reconhece que essa "verdade", quando se torna conteúdo do meio e informação, se torna uma "verdade subjetiva", já que é a "verdade apreendida pelo sujeito que a comunica" (BELTRÃO, 1980, p.78-79)

Essa fase de documentação seria composta por dois momentos. Primeiro a "decomposição da ocorrência", que é a análise minuciosa das perguntas básicas em torno da ocorrência: quem, que, quando, como, onde, por que e com que efeitos, dando maior atenção para o "por que" e os "efeitos". Além disso, o autor ressalta que cabe ao repórter distinguir os verdadeiros propósitos dos testemunhos das fontes de informação para que possa dar transparência à mensagem. (BELTRÂO, 1980, p.80).

O segundo momento da documentação é a "investigação dos valores e aspectos opacos da ocorrência". Após a decomposição dos "vazios informativos", o jornalista deve investigá-los. Mas não simplesmente coletando dados e informações, e sim aplicando o saber jornalístico, separando a "trama de fatos e opiniões" até formar uma "imagem nítida". (BELTRÃO, 1980, p. 82).

Para Beltrão esse é o momento onde a responsabilidade profissional enfrenta maior tensão. Organizar e selecionar as informações exige frieza, experiência e esforço. O jornalista também não pode privilegiar uma determinada opinião. Se o tema for polêmico, deve dar espaço a quem critica e a quem apoia.

A terceira etapa do desenvolvimento de uma reportagem considerada por ele interpretativa é a redação e edição do texto. Segundo Beltrão (1980) é outro momento delicado para o exercício profissional. Não é possível publicar todo o material recolhido no espaço dedicado à reportagem; dessa forma, o jornalista, consciente de que dever servir ao leitor, não deve descartar o que for necessário, nem priorizar o que for supérfluo. Não deve, ainda, fazer essas escolhas de acordo com o que simpatiza.

Beltrão (1980) aplica as técnicas do jornalismo interpretativo a modelos analisados em jornais diários, por isso suas propostas de edição são voltadas para esse meio. No caso das revistas será preciso considerar adaptações a essas sugestões. Beltrão sugere que as reportagens interpretativas contenham uma chamada na primeira página, sendo manchete ou título de destaque; um "texto síntese" resumindo a narração do fato em pirâmide invertida e uma sequência de textos complementares que ilustrarão o material recolhido na fase de documentação. Segundo Beltrão (1980) esse ordenamento proporciona ao leitor preencher os vazios informativos deixados pela notícia.

Costa e Lucht, em um capítulo do livro organizado por Marques de Melo e Assis (2010), apresentam uma síntese da literatura acadêmica sobre gênero interpretativo. Segundo Costa e Lucht, Beltrão traz uma descrição parecida com a de Leandro e Medina, colocando a reportagem como uma ampliação do fato, explicando-o de forma mais completa que a notícia e contextualizando-o no tempo e no espaço.

De acordo com o texto de Costa e Lucht, Leandro, Medina e outros autores dão, ainda, mais uma característica à reportagem: a humanização. De acordo com essas classificações, o lado humano é valorizado na reportagem interpretativa, fazendo com que os leitores se identifiquem e revivam a história, como se fossem, eles mesmos, os protagonistas.

Outro estudo do gênero interpretativo citado por Costa e Lucht é a tese defendida por Gerson Moreira Lima em 2002 na Universidade de São Paulo. Lima (*apud* Costa e Lucht)[5] considera a reportagem como único produto brasileiro de jornalismo interpretativo e admite a presença do julgamento do jornalista. Para o autor a opinião está presente na reportagem assim com está presente nos textos do gênero opinativo, mas que existem diferenças. Uma delas diz respeito ao fato que gera o texto. Na reportagem, a descrição desse fato é extremamente necessária, enquanto no texto opinativo o fato pode ser mencionado ou não.

Lima aponta as seguintes características para a reportagem interpretativa: uma "frase de arranque", com opinião, abrindo o texto; verbos introdutórios de declarações que exprimem a avaliação do repórter; ligações de frases que marcam o pensamento de quem escreveu o texto; uso de verbos hipotéticos; um fechamento que retome a ideia inicial, arredondando a matéria; presença da assinatura de quem escreveu a reportagem. Mas, mesmo aqui, não há consenso: Costa e Lucht explicam que Lima acredita na existência de

[5] Doravante, todas as citações de Lima são a partir da referência a ele feita por Costa e Lucht (2010)

uma reportagem interpretativa, mas admite que as matérias informativas também apresentem interpretação e que a diferença está no grau em que ela aparece.

Análise de reportagens

O título da reportagem publicada na revista *Veja* edição 2250, ano 45, em 4 de janeiro de 2012 é "O Brasil aos olhos do mundo". O texto é o relato de uma pesquisa encomendada pela própria *Veja,* que investiga a opinião da população de 18 países em relação ao Brasil. O assunto tratado já chama a atenção, pois não se trata de um fato ocorrido, noticiado e agora esmiuçado, trata-se de um fato criado pela própria revista.

A escolha do tema não atende de forma satisfatória à ordem indicada por Beltrão (1980). Não é um objeto de valor absoluto, é um fato criado pela revista que pode ser, com algum esforço, encaixado em três valores relativos: proximidade espacial, já que se trata de uma pesquisa sobre o nosso país; número e qualidade de pessoas envolvidas, visto que foram 7.200 entrevistados em 18 países, entre eles o próprio Brasil e as principais potências econômicas mundiais; valor material ou ideológico considerável, já que a opinião externa afeta as relações políticas do Brasil com outros países e acordos econômicos.

Ao longo do texto, falta a frase de arranque carregada de opinião descrita por Lima (*apud* Costa e Lucht). Há ligações de frases que marcam o pensamento de quem escreve a matéria, como na passagem: "Boas impressões, no entanto, mesmo que não estejam lastreadas na realidade, são um ativo importante para qualquer país". (DINIZ; COURA, 2012, In: *Veja*).

Esse período aparece logo depois da reportagem descrever a boa impressão obtida pelo Brasil na pesquisa, quando se perguntou sobre sua influencia política e relevância da economia. A justaposição dessas frases produz o sentido de que a opinião favorável que aparece nas pesquisas não é real. A *Veja* projeta-se assim como aquela capaz de avaliar a opinião com grau de distanciamento analítico e com isso discursivamente autoriza-se como espaço de avaliação social e política.

Depois há outras frases que transmitem essa ideia e há, inclusive, declarações de fontes que confirmam. Quantos aos verbos introdutórios de declarações, o texto usa os verbos "afirmar e dizer" para encaixar as exposições dos especialistas, praticamente as únicas fontes utilizadas.

A escolha das fontes é outro ponto que chama a atenção. Ao contrário do que indica Beltrão (1980), as fontes não foram escolhidas com o devido cuidado para não privilegiar

nenhuma determinada opinião. Ao contrário, há apenas citações de especialistas reafirmando sempre o sentido produzido pelos autores da matéria em suas frases. Além dos especialistas, que são citados diretamente, aparecem citados indiretamente algumas instituições como fontes de dados recolhidos, por exemplo, o FMI. Há uma única fonte de autoridade presente, uma declaração do atual Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Não existem fontes que não sejam especialistas ou de autoridade.

A humanização está ausente no texto, não há um perfil, um personagem que ajude os leitores a se identificar. Falta, aliás, a presença de personagens necessários ao total esclarecimento do objeto tratado. A opinião de um brasileiro sobre o resultado da pesquisa realizada sobre o seu país não aparece, nem estão presentes pessoas diretamente envolvidas com assuntos que são criticados, como, por exemplo, profissionais ou autoridades ligadas diretamente com a Copa do Mundo de 2014, ou representantes dos grupos que são a favor da internacionalização da Amazônia.

Faltam muitas respostas a problemas e questionamentos levantados pela matéria, deixando assim os tais "vazios informativos" que a reportagem, nos modelos interpretativos, deveria dar conta de preencher.

Ao longo da descrição da pesquisa, a reportagem tenta desconstruir diversas opiniões expressas pela maioria entrevistada, como no exemplo da Copa do Mundo de 2014, que boa parte dos estrangeiros acredita que será um sucesso. A matéria diz que não será. Neste caso, embora não possa desqualificar a pesquisa (foi a própria revista que a encomendou), o veículo parece, antes de interpretar os dados, colocar em dúvida as percepções dos pesquisados.

O texto é uma análise posicionada da pesquisa, muitas vezes com claro traço opinativo. Os repórteres apresentam os resultados e escrevem se concordam ou não. As informações coletadas trabalham para confirmar a opinião dos autores da matéria. Há a presença de dados, antecedentes históricos de alguns fatos, sempre para reforçar os sentidos construídos nas frases dos repórteres, muitas vezes com uso de adjetivos fortes e do artifício da ironia.

A reportagem ocupa 12 páginas, sendo que as duas últimas não são sobre a pesquisa em si e sim uma retranca sobre o Brasil ter subido ao posto de sexta maior economia do planeta. Este texto está caracterizado graficamente da mesma forma que os outros e também faz parte da reportagem especial. Seu conteúdo retoma e reafirma a ideia inicial, fazendo assim um fechamento da matéria como descreveu Lima (*apud* Costa e Lucht, 2010). A

"projeção do futuro" fica por conta dessa parte, que apresenta suposições de como a economia brasileira estará daqui a 20 anos.

Os textos são assinados, assim como prevê a classificação de Lima. A redação e a edição foram feitas de forma muito parecida com o modelo descrito por Beltrão (1980), apesar de o autor ter se baseado em reportagens de jornais diários. A matéria possui manchete e uma chamada na capa da revista e começa com um texto síntese que resume as principais informações, esmiuçadas depois em textos e gráficos complementares.

Grande parte das ilustrações são desenhos, só havendo duas fotografias: uma do Ministro Guido Mantega e uma montagem com fotos dos brasileiros apontados na pesquisa como mais famosos. Os desenhos são quase todos do personagem que caracteriza o estereótipo brasileiro no exterior, o papagaio Zé Carioca. As imagens desenhadas ajudam a reforça os sentidos construídos nos textos. Há também o uso de muitos gráficos em formato de pizza que ilustram os resultados da pesquisa.

Já na reportagem de capa da edição n° 712 de 9 de janeiro de 2012 da revista *Época*, o objeto tratado é o uso de ferramentas digitais para emagrecer. Como as pessoas têm usado sites, blogs, aplicativos e redes sociais para perder peso. O objeto é de valor relativo proporcionado por um detalhe que lhe dá destaque.

Não há uma "frase de arranque", mas no canto inferior esquerdo da terceira página (a primeira com o corpo do texto) há um quadro, intitulado "A mensagem" que já adianta a opinião que a matéria vai transmitir, reduzida em pequenas frases. Para os leitores comuns: "as dietas on-line aparecem como boas alternativas"; e para os médicos: "o estímulo coletivo presente na internet poderá ser útil aos pacientes".

A ideia central está resumida, destacada e apresentada inicialmente, mas a autora da reportagem teve o cuidado de usar a modalização "poder ser". Dessa forma não se compromete afirmando o sucesso das dietas. Em outros momentos, ao longo da matéria, também foi utilizado "parece" como verbo que exprime conjectura.

O corpo do texto começa com o uso do que se convencionou chamar no jornalismo de "humanização" na reportagem. A autora já inicia narrando o caso de uma personagem. Como ela tentou emagrecer antes e não conseguiu, como utiliza um site para emagrecer e como se beneficia com ele. A utilização de uma história real para humanizar a reportagem se repete duas vezes, quando o texto passa a falar de aplicativos em celulares para realizar atividade física e quando a autora faz uma ressalva, afirmando que, apesar de benéficas, nem todo mundo se adapta a essas tecnologias.

O começo do último parágrafo do bloco principal de texto, que explica que nem todos conseguem se habituar às práticas digitais de emagrecimento, é o único momento em que todas as opiniões não estão corroborando as vantagens e o sucesso dos mecanismos virtuais para perder peso. Mas apesar da opinião em relação ao tema ser clara, o texto é um pouco menos veemente do que o da Veja.

A sintaxe, que é a superfície discursiva, expressa bem como a autora da reportagem se posiciona discursivamente. Um dos exemplos mais claros é o enunciado "É difícil se sentir mais amparado do que isso durante uma dieta". Aqui, o discurso de aprovação dos novos dispositivos reafirma-se, logo após a descrição de um caso em que uma nutricionista funcionária do site recebeu a foto de um doce enviada por uma usuária e em instantes mandou uma contagem aproximada de calorias.

Em compensação, esse texto não utiliza adjetivos fortes como encontramos na reportagem anterior. E o verbo "dizer" é o mais utilizado para introduzir declarações. Nas poucas vezes em que não aparece é substituído pelo verbo "afirmar".

Os antecedentes do fato são fracos. Há a informação de que o uso desses sites começou nos Estados Unidos há dez anos, mas não se sabe em que circunstância eles apareceram pela primeira vez, nem como essa prática teve início no Brasil. As "projeções futuras" também não aparecem.

A maioria das fontes utilizadas, além dos usuários dos serviços, é de especialistas. Também aparece uma nutricionista funcionária de um dos sites e um homem que não se adaptou ao serviço na internet e conseguiu emagrecer por meios mais tradicionais. A reportagem utiliza pesquisas como suporte, uma delas encomendada pela própria revista.

Todo o conteúdo está organizado em nove páginas. As duas primeiras contêm o título, um subtítulo e foto. O texto não foi redigido de acordo com a sugestão de Beltrão (1980). Está dividido por subtítulos de acordo com os assuntos, mas não há um primeiro texto síntese. A primeira parte fala dos sites, a próxima do *feedback* que eles oferecem e a seguinte dos aplicativos para atividades físicas.

Há uma última retranca, que ocupa mais da metade da última página e trata de explicar os motivos de algumas pessoas que já emagreceram voltarem a engordar. Entre as colunas de textos, estão fotos de modelos se alimentando ou se exercitando, e expostos alguns exemplares de sites, aplicativos e blogs, ilustrados com fotos ou ícones. No final, as últimas frases retomam a ideia inicial e a matéria se fecha de forma redonda. Também no fim aparece a assinatura da matéria, como prevê Lima.

Se considerarmos fotos, gráficos, textos e artifícios editoriais como compondo uma textualidade maior, veremos que o discurso favorável às tecnologias online como instrumentos auxiliares para a promoção da saúde compõe os sentidos dominantes da matéria.

Considerações finais

Os textos analisados carregam consigo algumas características das classificações apresentadas aqui e outras não. A reportagem da revista *Veja* se aproxima bastante da estrutura proposta por Luiz Beltrão (1980). A redação e a edição do texto com chamada, texto síntese, textos e informações complementares é feita da forma que Beltrão (1980) descreve. Alguns elementos considerados essenciais pelos autores citados acima estão presentes: antecedentes, projeção do futuro, contextualização, assinatura da matéria, fechamento que retoma a ideia inicial, e ligações de frases que marcam o pensamento do autor.

No caso da reportagem da *Época*, a esqueleto do texto não segue o modelo de Beltrão (1980), salvo a manchete e a chamada na primeira página. Entre os elementos apresentados acima, estão presentes de forma considerável: aprofundamento, humanização, assinatura da matéria, fechamento que retoma a ideia inicial, ligações de frases que marcam o pensamento do autor e uso de verbos hipotéticos.

Em linhas gerais, podemos dizer que, em termos de estrutura, cada reportagem se aproxima mais de um modelo do que de outro. Mas quando a questão é a adequação ao gênero interpretativo conforme descrito pelos autores, as duas reportagens se afastam bastante. Segundo Beltrão (1980) o objetivo do jornalismo interpretativo é que a informação seja dada de forma exaustiva e objetiva, preenchendo todos os "vazios informativos" deixados pela notícia, transmitindo ao leitor a verdade sobre o fato.

É possível observar que isso não acontece e nem parece ser o objetivo das matérias analisadas. Não são apresentadas todas as informações possíveis sobre o fato, as fontes usadas vêm para reiterar as afirmações dos repórteres e muitos "vazios" não são preenchidos. São textos, que estruturados como reportagem, procuram descrever o fato, não sob todas as formas e nuances que ele possa ter, mas evidenciando um posicionamento.

Orlandi (2007) explica que a interpretação é aberta, mas mesmo assim ela pode ser regida e administrada. É o que encontramos no texto. As reportagens analisadas direcionam para um determinado sentido. Orlandi ressalta que "o sentido sempre pode ser outro e o

sujeito (com suas intenções e objetivos), não tem controle daquilo que está dizendo" (ORLANDI, 2007, p. 60). Não se pode afirmar, então, que o leitor sairá com uma determinada ideia sobre o fato, que ele não será capaz de tirar suas próprias conclusões, mas os posicionamentos são claros.

Referências Bibliográficas:

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo**: filosofia e técnica. 2° edição. Porto Alegre: Sulina, 1980.

COSTA, J A; LUCHT, J M P. Gênero Interpretativo. In: MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 109 – 123.

DINIZ, L.; COURA, K. O Brasil aos olhos do mundo. **Veja,** São Paulo, ano 45, n. 1, p. 66 - 77, jan, 2012.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5° edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

SEIXAS, Lia. Porque não existe gênero interpretativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 8., 2010, São Luis. **Anais.** São Luis: Universidade federal do Maranhão, 2010.

SEIXAS, Lia. **Por uma outra classificação:** Uma proposição de critérios de definição de gêneros discursivos jornalísticos por impressos e digitais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. 314 p. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em comunicação e cultura contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

TRESTA, Laura C. Gênero Informativo. In: MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de (Orgs). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 85 – 94.

ZIEMKIEWICZ, Nathalia. Emagreça usando a internet. **Época,** São Paulo, n. 712, p. 74 – 82, jan, 2012.